

A principal característica da cultura cafeeira no Brasil foi a constante expansão geográfica de seus limites, sempre na procura de terras virgens. Interpretando-se o papel da imigração européia em São Paulo como um resultado da criação e difusão de um processo de inovação institucional, podemos concluir que forças econômicas — os custos e benefícios da inovação e difusão — tiveram uma importância considerável para explicar quais regiões começaram esses experimentos e quais os difundiram. Assim, a principal razão para determinar a localização geográfica da inovação e difusão são os custos e benefícios de tal decisão.

Quando as primeiras experiências foram iniciadas ao fim dos anos de 1840, os fazendeiros de café encontravam-se apreensivos com uma possível escassez e encarecimento de escravos. As experiências com imigrantes, portanto, começaram na área de São Paulo — centro — que celeremente expandia sua produção, se bem que não possuísse ainda um estoque suficiente de escravos. Tinha, pois, mais a ganhar com esse investimento do que os fazendeiros do vale do Paraíba, onde a expansão se fazia mais lentamente e o estoque de escravos era relativamente maior. Ao ocorrer a difusão desse processo de inovação em fins dos anos de 1880, esta foi efetuada na região que mais se expandia nessa década, o oeste de São Paulo. Os fazendeiros dessa região realmente só se mobilizaram para trazer imigrantes quando a campanha abolicionista atingiu grandes proporções, com fugas em massa de escravos e mesmo alguns casos de levante e violência. Nessa mesma época, também os fazendeiros de café do Rio de Janeiro (principalmente os da zona leste do vale do médio Paraíba) faziam esforços para atrair imigrantes. Seu relativo insucesso *vis-à-vis* os paulistas deveu-se à relativa desvantagem comparativa em termos de escassez de terras virgens: os imigrantes preferiam estas últimas pois podiam intercalar o cultivo de produtos alimentares com a empreitada no café. Portanto, preferiam as áreas de fronteira da expansão cafeeira, e dirigiram-se não só ao oeste de São Paulo, mas também para Minas Gerais e Espírito Santo. Concluímos, pois, afirmando ser muito útil um estudo das motivações dos fazendeiros, tanto do Rio de Janeiro quanto de São Paulo, com respeito ao emprego de imigrantes, bem como a averiguação das causas econômicas que as determinaram.

Apêndice A

Tabela 1

População escrava no Brasil segundo as províncias e as regiões, 1823, 1872, 1872/73 e 1886/87

Províncias	1823	1872	1872/73	1886/87
<i>Região do café</i>	446.549	891.306	881.417	482.571
Espírito Santo	60.000	22.659	22.738	13.381
Rio de Janeiro	150.549 ^a	282.637	304.744	162.421
Minas Gerais	215.000	370.459	336.711 ^d	191.952
São Paulo	21.000	156.612	169.964	107.329
Município Neutro		48.939	47.260	7.488
<i>Outras províncias</i>	717.197	623.500	687.215	240.848
Amazonas	6.040 ^b	979	1.183	
Pará	40.000	27.458	30.989	10.535
Maranhão	97.132	74.939	74.939	33.446
Piauí	10.000	27.795	25.533	8.970
Ceará	20.000	31.913	33.860	108
Rio Grande do Norte	14.376	13.020	13.484	3.167
Paraíba	20.000	21.526	27.245	9.448
Pernambuco	150.000	89.028	93.496	41.122
Alagoas	40.000	35.741	33.242	15.269
Sergipe	32.000	22.623	32.974	16.875
Bahia	237.458	167.824	173.639	76.838
Paraná	10.191 ^b	10.560	10.715	3.513
Santa Catarina	2.500	14.984	14.730	4.927
Rio Grande do Sul	7.500	67.791	83.370	8.422
Mato Grosso	6.000	6.667	7.064	3.233
Goiás	24.000	10.652	10.652 ^e	4.955
<i>Total do Brasil</i>	1.163.746	1.510.806	1.548.632	723.419

^a Rio de Janeiro e Município Neutro.

^b Como esses dados não foram publicados, estamos usando os dados do censo de 1819.

^c Usando o dado do censo de 1872.

^d Obtido como resíduo, pois o dado original não se encontra disponível.

Fontes: *Censo de 1823* (e 1819); Vianna, F. J. Oliveira. Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil. In: *Recenseamento do Brasil*, 1920. (Rio de Janeiro, 1922) v. 1, 404/5, 414;

Censo de 1872: *Recenseamento da população do Império a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872*;

Matricula 1872/73: Brasil. Ministério dos Negócios do Império. Diretoria Geral de Estatística. *Relatórios e trabalhos estatísticos*, 1875, 1877 e 1878;

Matricula 1886/87: Brasil. Ministério da Agricultura. *Relatório do Ministério da Agricultura*, p. 24, 1888.